

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO e TRIBUTÁRIO

1. Sobre o processo legislativo, é correto afirmar:

- a) não há, na Constituição, limites materiais para a edição de medida provisória;
- b) por causa do sistema bicameral, nenhuma lei poderá ser criada sem a aprovação dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- c) na deliberação de cada uma das casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias, dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais;
- d) a emenda à constituição depende de sanção do Presidente da República.

2. Cabe ao distrito federal, EXCETO:

- a) eleger governador e vice-governador;
- b) eleger deputados federais;
- c) eleger três senadores;
- d) elaborar sua Constituição.

3. É correto afirmar que:

- a) caso o Supremo Tribunal Federal julgue improcedente o pedido em uma ação declaratória de constitucionalidade, o Poder Executivo não poderá continuar aplicando a lei que foi objeto da referida ação;
- b) a ação declaratória de constitucionalidade de lei federal ou estadual poderá ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal;
- c) o Advogado-Geral da União tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- d) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

4. Marque a alternativa verdadeira:

- a) em todos os Tribunais do Poder Judiciário um quinto de sua composição deverá ser preenchido por advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de carreira;
- b) aos integrantes da defensoria pública é garantida a inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais;
- c) a Constituição do Estado não pode definir a competência do Tribunal de Justiça;
- d) a Constituição da República proíbe a representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Estadual.

5. Os denominados direitos coletivos podem ser protegidos por meio de :

- a) mandado de segurança e mandado de injunção;
- b) *habeas corpus* e *habeas data*;
- c) *habeas corpus* e mandado de injunção;
- d) mandado de segurança e *habeas data*.

6. Assinale a opção correta:

- a) salvo em caso de guerra declarada, não pode haver tribunal de exceção;
- b) o erro judiciário é passível de indenização pelo Estado;

- c) é vedada a prisão civil por dívida, ressalvado, apenas, a do depositário infiel;
- d) o atual sistema constitucional só permite que alguém seja preso mediante ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

7. Marque a resposta correta:

- a) a saúde é um dever do Estado e um direito somente das pessoas carentes;
- b) a assistência social somente poderá ser prestada pelo Estado às pessoas que contribuírem para a seguridade social;
- c) a previdência social será organizada sobre a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória;
- d) a assistência social, por independer de contribuição, não faz parte da seguridade social.

8. Sobre os serviços públicos, pode-se afirmar:

I - a empresa de transporte “Vapt Vupt” é a responsável pela realização do transporte urbano coletivo em um Município, portanto ela é prestadora de serviço público, ainda que pertença a iniciativa privada;

II - segundo a classificação de que os serviços públicos podem ser gerais ou específicos, a iluminação pública é um serviço geral;

III - os serviços de utilidade pública são prestados aos membros da coletividade em caráter obrigatório, enquanto os serviços próprios são prestados em caráter facultativo.

Analisando-se as assertivas, verifica-se que:

- a) todas estão corretas;
- b) estão corretas a I e II ;
- c) estão corretas a II e III;
- d) estão corretas a I e III .

9. O processo pelo qual um bem público de uso especial passa a classificar-se como um bem dominical denomina-se:

- a) tombamento;
- b) retrocessão;
- c) desafetação;
- d) investidura.

10. Em relação à desapropriação por necessidade ou utilidade pública, NÃO PODE ser afirmado:

- a) a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou por meio de ação judicial, no prazo de 2 (dois) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto, findos os quais caducará;
- b) a declaração expropriatória pode ser feita tanto pelo Poder Executivo, por meio de decreto, como pelo Poder Legislativo, por meio de lei de efeito concreto;
- c) a declaração de utilidade pública já produz efeitos executórios, conferindo ao Poder Público direito de penetrar no imóvel a fim de fazer verificações e medições,

devendo as autoridades administrativas, no entanto, agir com moderação;
d) a declaração de utilidade pública fixa o estado do bem para o fim de que se verifiquem suas condições, melhoramentos e benfeitorias existentes.

11. É inexigível a licitação:

- a) nos casos de guerra ou grande perturbação da ordem;
- b) quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- c) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou opinião pública;
- d) quando houver possibilidade de comprometimento de segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

12. O servidor público que for absolvido em um processo criminal por falta de provas, com relação ao mesmo fato ilícito:

- a) terá sua responsabilidade automaticamente excluída nas esferas cível e administrativa;
- b) terá sua responsabilidade automaticamente excluída na esfera cível, mas poderá ser responsabilizado na esfera administrativa;
- c) terá sua responsabilidade automaticamente excluída na esfera administrativa, mas poderá ser responsabilizado na esfera cível;
- d) poderá ser responsabilizado tanto na esfera cível como na administrativa;

13. Os regulamentos, as certidões e as circulares, são respectivamente espécies de atos:

- a) normativos, ordinatórios e negociais;
- b) normativos, enunciativos e ordinatórios;
- c) negociais, ordinatórios e enunciativos;
- d) normativos, enunciativos e negociais.

14. Quanto ao instituto da disponibilidade, assinale a assertiva correta:

- a) o empregado público em disponibilidade perceberá remuneração integral do cargo efetivo;
- b) o empregado público poderá ser colocado em disponibilidade;
- c) o servidor público de cargo efetivo colocado em disponibilidade poderá ser aproveitado em outro cargo;
- d) o servidor público de cargo efetivo poderá ser colocado em disponibilidade no caso de extinção de cargo por excesso de despesa com pessoal.

15. É correto afirmar que:

- a) a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados poderá ser reduzida e restabelecida sem lei por simples ato do Poder Executivo, sem obedecer ao princípio geral da anterioridade;

- b) o princípio da não-cumulatividade proíbe que uma pessoa política de direito público crie tributos com a mesma base de cálculo e hipótese de incidência de outros já existentes;
- c) a imunidade acarreta a inoccorrência do fato gerador em virtude da dispensa legal do seu pagamento;
- d) a prescrição nos tributos submetidos ao lançamento por homologação ocorre, pela regra geral, a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

16. Em relação às isenções é correto afirmar:

- a) a União pode conceder isenções de tributos estaduais desde que conceda também em relação aos seus tributos, mantendo assim, o equilíbrio da federação;
- b) a União pode conceder isenção de ICMS incidente sobre as operações que destinam produtos e serviços ao exterior;
- c) as isenções ocorrem sempre mutilando o critério temporal da regra-matriz de incidência tributária;
- d) deve ser sempre concedida por lei ordinária.

17. É ERRADO afirmar-se que:

- a) o princípio da tipologia tributária é aferido pelo cotejo entre o critério material e a base de cálculo de cada tributo;
- b) a norma jurídica que institui tributo tem estrutura dual ou bímembre;
- c) a função do critério temporal é indicar o local onde ocorre o nascimento da obrigação tributária;
- d) o critério pessoal da regra-matriz tributária é formado pelos sujeitos ativo e passivo.

18. Em relação à classificação tripartite que leva em consideração os denominados “tributos vinculados e não-vinculados”, pode-se afirmar que:

- a) a taxa de polícia é tributo não-vinculado porque não existe contraprestação entre o valor pago e a atuação estatal;
- b) contribuição de melhoria é um tributo vinculado que leva em consideração o valor do serviço prestado por uma obra pública;
- c) a Contribuição Social para o Salário Educação é um tributo parafiscal não-vinculado em relação ao contribuinte;
- d) os empréstimos compulsórios instituídos para custear despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública são instituídos por lei ordinária e devem ser considerados tributos vinculados em relação a seus contribuintes.

19. Considere as seguintes afirmativas a respeito do lançamento:

- I - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento;
- II - O lançamento tem por objetivo, dentre outros, verificar a ocorrência do fato

gerador da obrigação correspondente;

III - O lançamento tem por objetivo, dentre outros, determinar a matéria tributável;

IV - O lançamento tem por objetivo, dentre outros, calcular o montante do tributo devido e identificar o sujeito passivo.

Em conformidade com o direito positivo brasileiro:

- a) todas as afirmativas são verdadeiras;
- b) somente as afirmativas I, III e IV são falsas;
- c) somente as afirmativas II, III e IV são falsas;
- d) Somente as afirmativas I e IV são falsas.

20. Dentre as modalidades de extinção dos créditos tributários previstas no Código Tributário Nacional é correto afirmar que:

- a) a compensação do crédito tributário poderá ser realizada quando houver reciprocidade e infungibilidade das obrigações; liquidez e certeza dos créditos, exigibilidade das prestações; lei autorizadora;
- b) o depósito integral do montante do tributo extingue o objeto da obrigação tributária;
- c) a anistia extingue o crédito tributário perdoando os tributos não pagos;
- d) a transação terminativa de litígio é uma forma de extinção do crédito tributário.

COMERCIAL, CIVIL e PROCESSO CIVIL

21. Pelo Novo Código Civil poderá NÃO ser considerado empresário as atividades de:

- a) produção rural;
- b) siderurgia;
- c) construtoras;
- d) incorporadoras de imóveis.

22. Qual a sociedade prevista na legislação brasileira em que o objetivo social é exercido em nome de um dos sócios, individualmente, sendo os outros sócios participantes dos resultados correspondentes ?

- a) sociedade Anônima;
- b) comandita Simples;
- c) comandita por Ações;
- d) em Conta de Participação.

23. Poderá administrar a Sociedade Limitada pelo Novo Código Civil:

- a) somente o sócio que for indicado no contrato social, devidamente arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) terceiro não-sócio somente se for indicado no contrato social, devidamente arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis;
- c) sócio ou terceiro não-sócio desde que indicado no contrato social, devidamente

arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis;

d) sócio ou terceiro não-sócio desde que indicado no contrato social ou documento em separado, devidamente arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis.

24. São órgãos obrigatórios das sociedades anônimas fechadas:

a) conselho Fiscal cujo funcionamento é facultativo, Diretoria e Assembléia Geral dos Acionistas;

b) conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria;

c) assembléia Geral de Acionistas, Conselho de Administração;

d) conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Assembléia Geral dos Acionistas.

25. Sobre os títulos de créditos, marque a alternativa CORRETA:

a) nas Letras de Câmbio o aceite é obrigatório pelo sacado, quando o sacador indicar no título que este pagará ao tomador;

b) nas Duplicatas o aceite é presumido pelo sacado, quando este receber as mercadorias solicitadas provadas por meio do comprovante de entrega;

c) o Cheque é uma ordem de pagamento à vista, porém passa a ser pós-datado quando o sacador indica data de vencimento futura com a concordância do tomador;

d) as Notas Promissórias poderão ser canceladas pelo promitente desde que notifique ao beneficiário, no prazo máximo de 30 dias após sua emissão.

26. Não poderá ser síndico no processo falimentar:

a) o maior credor que detenha direito real;

b) quem estiver advogando para um credor em outra falência;

c) cessionário de crédito anterior a 3 meses do requerimento da falência;

d) pessoa Jurídica, representada por seu sócio administrador.

27. Com relação a ação revocatória prevista na Lei de Falência, é CORRETO afirmar que:

a) cabe, exclusivamente, ao síndico mover a ação até a liquidação da Falência;

b) poderá ser movida pelo síndico ou por qualquer credor até antes da sentença terminativa da falência;

c) somente os credores habilitados poderão mover a ação revocatória com base no art. 53, sendo o síndico litisconsorte necessário, até o prazo de um ano do primeiro relatório da falência;

d) somente o síndico poderá mover a ação revocatória até 30 dias do primeiro relatório.

28. Em movimentada avenida cuiabana o jovem Jonatas foi atropelado por um veículo conduzido por Pitágoras e de propriedade de Caius. Jonatas, indignado, ajuizou a competente ação judicial para a apuração das responsabilidades na esfera civil. Sabendo que Jonatas e Pitágoras possuem 16 anos de idade, e que Caius é pai de Pitágoras, podemos afirmar que a responsabilidade civil no presente caso é:

- a) somente de Caius, seja porque o carro é de sua propriedade, seja porque agiu com negligência ao não impedir que Pitágoras conduzisse o veículo;
- b) somente de Pitágoras, já que foi exclusivamente seu o ato imprudente que gerou o atropelamento;
- c) de Pitágoras e subsidiariamente de Caius, por disposição expressa do Código Civil;
- d) de Pitágoras e de Caius em solidariedade, por disposição expressa do Código Civil.

29. Sobre o dolo de terceiro nos negócios jurídicos, podemos dizer:

- a) acarreta necessariamente a nulidade relativa do negócio jurídico;
- b) não invalida, em absoluto, o negócio jurídico;
- c) permite que o juiz, *ex officio*, decrete a nulidade absoluta do negócio jurídico;
- d) só é suficiente para anular o negócio jurídico se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento.

30. Caius proprietário de vasta fortuna, intuindo o final de sua vida e movido por um forte espírito de solidariedade social, pretende doar a totalidade de seus bens para determinada entidade de Assistência Social. Consultado como advogado você deveria dizer:

- a) nesses termos a doação é parcialmente anulável, para que parte dos bens retorne ao patrimônio do doador e permitam-lhe a subsistência;
- b) é válida se o doador resguardar para si o usufruto de bens que permitam a sua subsistência e a de seus familiares;
- c) é válida se o donatário prometer sustentar o doador e os familiares deste;
- d) nesses termos a doação é parcialmente nula, para que parte dos bens retorne ao patrimônio do doador e permitam-lhe a subsistência.

31. Pitágoras resolve firmar contrato de compra e venda com Caius. Jonatas, filho de Pitágoras e irmão de Caius, inconformado pelo fato do contrato ter sido firmado sem sua anuência, resolve ajuizar a competente ação judicial para invalidar o negócio. Nesse caso podemos dizer:

- a) o negócio é nulo;
- b) o negócio é anulável;
- c) o negócio é inexistente;
- d) o negócio é válido.

32. Sobre o Erro, Dolo, Fraude contra Credores e Simulação, perante o ordenamento jurídico vigente, podemos dizer, respectivamente:

- a) com exceção da Simulação, as demais figuras geram a nulidade relativa do negócio jurídico;

- b) se presentes em determinado negócio jurídico, em todas as hipóteses teremos a sua nulidade absoluta;
- c) se presentes em determinado negócio jurídico, em todas as hipóteses teremos a sua nulidade relativa;
- d) todas as figuras integram o rol de vícios de consentimento.

33. Assinale a alternativa ERRADA:

- a) a cláusula penal das prestações condominiais em condomínio edilício não pode ser superior a dois por cento do débito;
- b) o direito de superfície pode ser concedido pelo proprietário mediante instrumento particular, não sendo possível a realização de obra no subsolo;
- c) o dono de prédio que não tem acesso à via pública pode obter tutela jurisdicional que obrigue o vizinho a lhe dar passagem e fixe o respectivo rumo;
- d) aquele que adquire um bem por anticrese pode remi-lo antes do vencimento da dívida, desde que pague a sua totalidade à data do pedido de remição.

34. Assinale a alternativa verdadeira:

- a) o novo código civil brasileiro manteve o princípio da imutabilidade do regime de bens do casamento;
- b) o regime de bens nos casamentos celebrados na vigência do Código Civil de 1916 passaram a ser regidos pelo Código Civil de 2002;
- c) no regime da participação final nos aquestos é possível a livre disposição de bens imóveis, desde que exista previsão no pacto antenupcial e que os referidos bens sejam particulares;
- d) as dívidas contraídas por um dos cônjuges para comprar coisas necessárias à economia doméstica obriga solidariamente o outro, salvo se o regime de comunhão for o da separação total de bens ou o da participação final nos aquestos.

35. São Direitos Reais:

- a) propriedade, superfície, promessa de compra de bens móveis e imóveis, penhora e anticrese;
- b) propriedade, usufruto, promessa de compra de bens móveis, penhor e anticrese;
- c) propriedade, superfície, promessa de compra de bens móveis e imóveis, penhor e anticrese;
- d) propriedade, usufruto, promessa de compra de bens imóveis, penhor e anticrese.

36. Cândido promoveu ação de cobrança de honorários advocatícios regularmente estipulados em contrato subscrito pelos contratantes e por testemunhas. O procedimento utilizado foi o sumário. Em tal situação:

- a) o pedido é juridicamente impossível;
- b) falta interesse de agir;
- c) há ilegitimidade para a causa;
- d) as condições da ação estão presentes.

37. Romeu, residente e domiciliado em Rondonópolis, promoveu ação de separação judicial em face de Julieta, residente e domiciliada em Tangará da Serra, endereçando a petição inicial ao juiz de direito de uma das varas de família da comarca de Cuiabá, local onde o casamento foi celebrado. Nesse caso:

- a) o juiz deverá *ex officio* declarar a incompetência da comarca de Cuiabá e determinar o envio dos autos do processo à comarca de Tangará da Serra;
- b) o juiz determinará a citação de Julieta, podendo esta, em contestação, alegar a incompetência da comarca de Cuiabá;
- c) o juiz determinará a citação de Julieta, podendo esta, no prazo da resposta, opor exceção, alegando a incompetência da comarca de Cuiabá;
- d) o juiz determinará a citação de Julieta, não havendo, na hipótese, incompetência de qualquer espécie.

38. Numa ação pauliana, proposta para desconstituir negócio jurídico celebrado em fraude contra credores:

- a) o litisconsórcio formado entre o alienante (titular do domínio) e o adquirente é facultativo e simples;
- b) o litisconsórcio formado entre o alienante (titular do domínio) e o adquirente é necessário e unitário;
- c) o litisconsórcio formado entre o alienante (titular do domínio) e o adquirente é necessário e simples;
- d) não haverá litisconsórcio entre o alienante (titular do domínio) e o adquirente.

39. No procedimento ordinário, o rol de testemunhas deve ser apresentado:

- a) na audiência;
- b) até cinco dias antes da audiência;
- c) até dez dias antes da audiência;
- d) no prazo fixado pelo juiz ou, se este não assinalar um prazo, até dez dias antes da audiência.

40. Da decisão sobre os efeitos em que a apelação é recebida cabe:

- a) agravo retido;
- b) agravo de instrumento;
- c) agravo regimental;

d) mandado de segurança.

41. Assinale a alternativa FALSA:

- a) a sentença que determina o cumprimento de uma obrigação de fazer não enseja processo autônomo de execução;
- b) a sentença que determina a entrega de uma coisa não enseja processo autônomo de execução;
- c) o juiz não pode fixar multa diária para compelir o réu a entregar uma coisa;
- d) o juiz pode fixar multa diária para compelir o réu a cumprir obrigação de fazer estabelecida por meio de tutela antecipada.

42. A sentença contrária ao Município:

- a) tem seus efeitos suspensos pelo recurso extraordinário;
- b) produz efeitos até ser reformada;
- c) não produz efeitos enquanto não confirmada pelo órgão *ad quem*;
- d) não admite apelação com efeito suspensivo.

43. Luiz, Teresa e Eduardo promoveram ação de reparação de danos em face de José Manoel, sendo a causa distribuída para a terceira vara cível da comarca de Cuiabá. Luiz desistiu da ação e o juiz excluiu Teresa da relação processual por ilegitimidade para a causa, julgando procedente o pedido de Eduardo. Ocorrido o trânsito em julgado, é correto dizer que:

- a) Luiz e Teresa poderão repropor a ação, reiterando o pedido, desde que a causa seja distribuída por dependência para a terceira vara cível da comarca de Cuiabá;
- b) somente Luiz poderá repropor a ação, reiterando o pedido, desde que a causa seja distribuída por dependência para a terceira vara cível da comarca de Cuiabá;
- c) Luiz e Teresa poderão repropor a ação, reiterando o pedido, independentemente de distribuição por dependência;
- d) Luiz e Teresa não poderão repropor a ação, reiterando o pedido.

PENAL e PROCESSO PENAL

44. O pagamento do tributo devido e de seus acréscimos, antes do recebimento da denúncia, nos crimes de sonegação fiscal, após a edição da Lei 9.249/95, atualmente em vigor, configura:

- a) causa especial de extinção de punibilidade;
- b) *abolitio criminis*;
- c) arrependimento posterior;
- d) circunstância atenuante.

45. Constitui causa de diminuição de pena prevista na Parte Geral do Código Penal:

- a) o arrependimento posterior;

- b) o arrependimento eficaz;
- c) a desistência voluntária;
- d) o crime impossível.

46. No tocante ao tema “Lei Penal no Tempo”, o princípio da ultratividade da lei penal significa:

- a) proibição da retroatividade da lei penal;
- b) irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu;
- c) aplicação da lei penal mais benéfica para fatos ocorridos antes e depois de sua vigência;
- d) aplicação da lei penal mais benéfica para fatos ocorridos durante a sua vigência, mesmo após sua revogação.

47. São consideradas causas que excluem o crime e a culpabilidade, respectivamente:

- a) legítima defesa // inimputabilidade;
- b) erro de proibição inevitável // erro de tipo;
- c) desconhecimento da lei // exercício regular de direito;
- d) estado de necessidade // legítima defesa.

48. Na ação penal privada, o perdão:

- a) é ato unilateral, que independe da aceitação do querelado, podendo ser concedido a qualquer tempo - antes ou depois de iniciado o processo;
- b) é ato bilateral, que depende de aceitação do querelado, podendo ser concedido a qualquer tempo - antes ou depois de iniciado o processo;
- c) é ato bilateral, que depende de aceitação do querelado, que somente poderá ser concedido após iniciado o processo;
- d) é ato unilateral, concedido pelo juiz na sentença condenatória que não poderá ser considerada para efeitos de reincidência.

49. Trinta pessoas estão jantando em um famoso restaurante da cidade quando Caio adentra ao local e, apontando uma arma de fogo, anuncia um assalto. O assaltante subtrai todo o numerário existente na carteira das pessoas ali presentes. No caso em tela é correto afirmar:

- a) Caio será acusado pela prática de um único roubo, em continuidade delitiva;
- b) Caio será acusado pela prática de trinta roubos, em consonância com a regra estabelecida pelo art. 71 do Código Penal, que trata do crime continuado;
- c) Caio será acusado pela prática de um único roubo, em concurso formal;
- d) Caio será acusado pela prática de um único roubo, em concurso material.

50. A conduta do adolescente descrita como crime ou contravenção penal é denominada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069) como

ato:

- a) infracional;
- b) irregular;
- c) desviante;
- d) anti-social.

51. O crime de roubo pode ser classificado quanto ao momento consumativo, quanto à forma de ação, quanto ao número de agentes e quanto ao resultado como:

- a) instantâneo, omissivo, plurissubjetivo e formal;
- b) permanente, comissivo, unissubjetivo e material;
- c) instantâneo, omissivo, plurissubjetivo e formal;
- d) instantâneo, comissivo, unissubjetivo e material.

52. Constituem exceções peremptórias;

- a) suspeição e ilegitimidade de parte;
- b) incompetência do juízo e coisa julgada;
- c) suspeição e incompetência do juízo;
- d) coisa julgada e litispendência.

53. Em caso de absolvição do réu em processo criminal, reconhecendo o Magistrado a inexistência do fato, é possível a vítima ingressar com a ação civil para ressarcimento do dano sofrido?

- a) sim, levando-se em consideração que responsabilidade civil e criminal são independentes;
- b) não, pois se o Juiz Penal negou categoricamente a existência do fato, não há como o Juiz Cível reconhecer sua existência;
- c) sim, desde que a ação civil produza prova suficiente para demonstrar a existência do fato;
- d) não, tendo em vista a supremacia da justiça Penal sobre a Justiça Civil.

54. O Promotor de Justiça opta pelo pedido de arquivamento de determinado inquérito policial que apura crime de roubo. Entretanto, o Juiz a quo discorda do pedido de arquivamento e inicia “ex officio” a ação penal. É correto afirmar:

- a) o Magistrado agiu corretamente, pois compete ao Magistrado do feito, analisando as provas contidas no inquérito policial, decidir se a ação penal pode ou não ser proposta;
- b) o Promotor tem que aceitar o início da ação penal, mas poderá provar, durante o curso da fase instrutória, que não há elementos de prova para a condenação;
- c) o Promotor não poderia ter requerido o arquivamento dos autos inquisitoriais

sem que houvesse a concordância da vítima, eis que, diante do delito de roubo, a ação penal é pública incondicionada;

d) o Juiz não agiu corretamente, pois deveria ter remetido o inquérito ou peças de informação ao Procurador Geral de Justiça, a fim de que este oferecesse a denúncia, designasse outro Promotor de Justiça para oferecê-la, ou insistisse no pedido de arquivamento.

55. Ficando demonstrado, durante a instrução criminal, que o acusado é menor de 18 anos de idade, deve o juiz:

- a) proferir a sentença absolutória porque o fato não constitui infração penal;
- b) declinar de sua competência e encaminhar os autos ao Juízo da Infância e Juventude;
- c) anular a ação penal por ilegitimidade passiva da parte;
- d) proferir sentença absolutória porque o réu está isento de pena.

56. Em relação à eficácia temporal da lei processual penal, é válido afirmar:

- a) à norma processual penal se aplicam os mesmos princípios da temporalidade das leis penais;
- b) em razão do princípio da irretroatividade da lei mais severa, a norma processual penal, propriamente dita só retroagirá quando beneficiar o réu;
- c) a norma processual penal propriamente dita, caso não haja disposição em contrário, terá aplicação imediata, pouco importando se mais severa ou não;
- d) a norma processual penal propriamente dita terá efeito retroativo, com a aplicação dos princípios da temporalidade das leis penais.

57. Caio foi condenado a 6 anos de reclusão por haver praticado o crime capitulado no art. 157 do Código Penal (roubo). Quanto ao procedimento é correto afirmar:

- a) o procedimento é ordinário podendo ser arroladas no máximo 8 testemunhas;
- b) o procedimento é ordinário, podendo ser arroladas no mínimo 8 testemunhas;
- c) o procedimento é ordinário, podendo ser arroladas até 5 testemunhas tanto para a acusação quanto para a defesa;
- d) o procedimento é especial, podendo ser arroladas até 8 testemunhas.

58. “A” foi preso em flagrante pelo crime de homicídio contra sua esposa “B”, pois a polícia, alertada por vizinhos que escutavam gritos de socorro, invadiu o local do crime deparando-se com “A”, quando este guardava no bolso a arma do crime. Neste caso trata-se de:

- a) flagrante próprio;

- b) flagrante Impróprio;
- c) quase-flagrante;
- d) flagrante presumido.

59. Em se tratando de Juizados Especiais Criminais o prazo para Apelação é de:

- a) 5 dias para a interposição e 8 dias para razões;
- b) 10 dias;
- c) 5 dias;
- d) 5 dias para interposição e 10 para razões.

TRABALHO e PROCESSO DO TRABALHO

60. No que concerne ao adicional de periculosidade é correto afirmar:

- a) o trabalho em condições tais assegura ao empregado a um adicional variável de 40%, 20% e 10%, dependendo do grau, a incidir sobre o valor do salário base e, quando exercido de forma intermitente, confere-se-lhe o direito à percepção de forma parcial;
- b) o trabalho em condições tais assegura ao empregado um adicional de 30%, a incidir sobre o valor do salário mínimo e, quando exercido de forma intermitente, confere-se-lhe o direito à percepção de forma integral;
- c) o trabalho em condições tais assegura ao empregado um adicional variável de 40%, 20% e 10%, dependendo do grau, a incidir sobre o valor do salário mínimo e, quando exercido de forma intermitente, confere-se-lhe o direito à percepção de forma parcial;
- d) o trabalho em condições tais assegura ao empregado um adicional de 30%, a incidir sobre o valor do salário base e, quando exercido de forma intermitente, confere-se-lhe o direito à percepção de forma integral.

61. Conforme disposição de lei e entendimento jurisprudencial sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, as contratações que não observam os preceitos do art. 37, II, da Constituição Federal, em especial à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, para acesso a cargo ou emprego público, exceto as nomeações para cargo em comissão são consideradas nulas. Ante os efeitos da nulidade são devidos quais direitos àquele que prestou serviços nessas condições:

- a) nenhum direito deverá ser reconhecido, exceto os valores que já foram pagos pelos dias efetivamente trabalhados segundo a contraprestação pactuada, em razão dos efeitos da nulidade se operarem "ex tunc";
- b) serão reconhecidos, além dos valores já pagos pelos dias efetivamente trabalhados segundo a contraprestação pactuada, os direitos correspondentes aos depósitos do FGTS e horas trabalhadas, respeitado o salário-mínimo/hora;
- c) serão reconhecidos, além dos valores já pagos pelos dias efetivamente trabalhados segundo a contraprestação pactuada, os direitos correspondentes às verbas rescisórias;
- d) serão reconhecidos, além dos valores já pagos pelos dias efetivamente trabalhados

segundo a contraprestação pactuada, os direitos correspondentes às verbas rescisórias e indenizatórias.

62. As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de :

- a) FGTS, férias anuais remuneradas; gratificação natalina;
- b) adicional de periculosidade e insalubridade, aviso prévio e descanso semanal remunerado;
- c) aviso prévio, FGTS e gratificação natalina;
- d) horas extraordinárias, aviso prévio, descanso semanal remunerado e adicional noturno.

63. São causas excludentes do direito à equiparação salarial:

- a) que o paradigma esteja em regime de readaptação, existência de quadro de carreira e mesma localidade;
- b) identidade de funções, trabalho de igual valor e simultaneidade na prestação dos serviços;
- c) prestação de serviços ao mesmo empregador, mesma produtividade e igual perfeição técnica;
- d) nenhuma das alternativas.

64. O prazo de eficácia das normas coletivas estipuladas em Convenções ou Acordos não poderá ter duração superior a :

- a) um ano;
- b) dois anos;
- c) três anos;
- d) quatro anos.

65. A ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, prescrevem :

- a) em cinco anos para o trabalhador urbano e um ano para o trabalhador rural, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;
- b) em cinco anos para o trabalhador urbano e rural, até o limite de um ano após a extinção do contrato;
- c) em cinco anos para o trabalhador urbano e rural, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;
- d) em cinco anos para o trabalhador urbano e dois anos para o trabalhador rural, até o limite de dois anos após a extinção do contrato.

66. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) entre duas jornadas de trabalho da mulher, haverá um intervalo de 11 horas consecutivas;
- b) o trabalho no 7º dia, com descanso no 8º, atenta contra princípio de ordem pública. o 7º dia deverá ser pago em dobro;

- c) o abono pecuniário que consiste em converter um terço das férias do empregado em pecúnia é uma faculdade do empregador, devendo ser requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo;
- d) o não-cumprimento integral da jornada de trabalho no decorrer da semana acarreta a perda do direito à remuneração do descanso semanal - DSR.

67. Em uma reclamação trabalhista o autor alega que prestou serviços na condição de empregado e como consequência requer o pagamento de horas extras. Em sede de defesa a empresa requerida aduz ser de empreitada o vínculo jurídico havido, postulando pela improcedência dos pedidos elencados na inicial. Quanto à natureza dos provimentos pretendidos e a distribuição do ônus probatório, no caso, é correto afirmar:

- a) o autor pretende obter provimento declaratório e condenatório. A empresa pretende obter provimento declaratório. O ônus da prova quanto à jornada de trabalho e ausência de vínculo de emprego é do autor e da empresa, respectivamente;
- b) o autor pretende obter provimento constitutivo e declaratório. A empresa pretende obter provimento declaratório. O ônus da prova quanto à jornada de trabalho e ausência de vínculo de emprego é do autor e da empresa;
- c) o autor pretende obter provimento executivo lato sensu. A empresa pretende obter provimento constitutivo. O ônus da prova quanto a jornada de trabalho e ausência de vínculo de emprego é da empresa;
- d) o autor pretende obter provimento declaratório e condenatório. A empresa pretende obter provimento declaratório. O ônus da prova quanto à jornada de trabalho e ausência de vínculo de emprego é do autor da ação.

68. No que pertine ao recurso adesivo, é correto afirmar:

- a) É incompatível com o processo do trabalho, estando à disposição das partes apenas e tão somente o recurso ordinário para a insurgência contra as decisões definitivas e terminativas, no prazo de oito dias da publicação da decisão para a qual as partes estavam cientes e intimadas.
- b) É compatível com o processo do trabalho, podendo ser aviado no prazo de oito dias da data da intimação para a parte adversa apresentar suas contra-razões, nas hipóteses de interposição do recurso ordinário, agravo de petição, recurso de revista e de embargos, devendo guardar correspondência com a matéria veiculada no recurso interposto pela parte contrária.
- c) É incompatível com o processo do trabalho, estando à disposição das partes o recurso ordinário, o agravo de petição, o recurso de revista e embargos, os quais serão aviados no prazo de oito dias da publicação da decisão para a qual as partes estavam cientes e intimadas.
- d) É compatível com o processo do trabalho, podendo ser aviado no prazo de oito dias da data da intimação para a parte adversa apresentar suas contra-razões, nas hipóteses de interposição do recurso ordinário, agravo de petição, recurso de revista e de embargos, sendo desnecessário guardar correspondência com a matéria veiculada no recurso interposto pela parte contrária.

69. Um empregado "A" promove em face de um empregador "B" uma ação trabalhista. A notificação é realizada por mandado em um sábado porquanto havia

expressa autorização para o referido ato. Pergunta-se a respeito do início e da contagem do prazo:

- a) o início do prazo dar-se-á no próprio sábado e a contagem no primeiro dia útil subsequente;
- b) o início e a contagem do prazo dar-se-ão no primeiro dia útil imediato;
- c) o início do prazo dar-se-á no primeiro dia útil imediato e a contagem no subsequente;
- d) o início do prazo dar-se-á no primeiro dia útil imediato e a contagem após 48 horas.

70. Em se tratando de cumulação subjetiva de ações, é correto afirmar que:

- a) poderá haver cumulação de várias reclamações, em um só processo, no pólo ativo, caso se tratar de empregados de empresa ou estabelecimento diverso;
- b) poderá haver cumulação de várias reclamações, em um só processo, caso se tratar de empregados de uma mesma empresa ou estabelecimento;
- c) não poderá haver cumulação de várias reclamações, em um só processo, caso se tratar de empregados de uma mesma empresa ou estabelecimento;
- d) não poderá haver cumulação de várias reclamações, em um só processo, no pólo passivo, caso se tratar de empregados de uma mesma empresa ou estabelecimento.

71. As decisões homologatórias de acordo, na fase de conhecimento, lavradas a termo serão, conforme disposição legal e orientação jurisprudencial sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) recorríveis em relação aos integrantes do pólo ativo e passivo da relação processual, assim como em relação à Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas;
- b) irrecorríveis em relação aos integrantes do pólo ativo e passivo da relação processual, assim como em relação à Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas;
- c) irrecorríveis em relação aos integrantes do pólo ativo e passivo da relação processual e recorríveis em relação à Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas;
- d) recorríveis em relação aos integrantes do pólo ativo e passivo da relação processual e irrecorríveis em relação à Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

72. É INCORRETO afirmar sobre os princípios processuais do trabalho relativos ao direito probatório:

- a) em sede de processo do trabalho aplicam-se os princípios da oralidade, persuasão racional e inquisitivo;
- b) em sede de processo do trabalho aplicam-se os princípios da aquisição processual ou comunhão da prova, imediação e persuasão racional;
- c) em sede de processo do trabalho aplicam-se os princípios da necessidade da prova, da sociabilidade da convicção judicial e inquisitivo;
- d) em sede de processo do trabalho aplicam-se os princípios da ampla defesa e contraditório, identidade física do juiz e inquisitivo.

73. As tutelas de urgência previstas pelo Código de Processo Civil são utilizadas, em regra, no âmbito do processo do trabalho em face da supletividade da lei processual civil. Assim sendo, é INCORRETO afirmar que:

- a) a ação cautelar não se confunde com o pedido de antecipação de tutela de mérito, razão pela qual não poderá o juiz deferir como medida cautelar o pedido antecipatório, em caráter incidental ao processo ajuizado, porquanto não se aplica, ao caso, o princípio da fungibilidade;
- b) a ação cautelar não se confunde com o pedido de antecipação de tutela de mérito. A antecipação dos efeitos da tutela de mérito, no âmbito do processo do trabalho, no que pertine às obrigações de dar, ocorrerá quando houver prova inequívoca e verossimilhança da alegação. No que pertine às obrigações de fazer e não fazer o juiz deferirá as medidas necessárias para a obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente;
- c) a antecipação dos efeitos da tutela de mérito, no âmbito do processo do trabalho, no que pertine às obrigações de dar, ocorrerá quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e ficar caracterizado o abuso de direito de defesa e o manifesto propósito protelatório. No que pertine às obrigações de fazer e não fazer o juiz poderá impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, fixando-lhe prazo para o cumprimento do preceito;
- d) a ação cautelar não se confunde com o pedido de antecipação de tutela de mérito, razão pela qual poderá o juiz deferir como medida cautelar o pedido antecipatório, em caráter incidental ao processo ajuizado, porquanto se aplica, ao caso, o princípio da fungibilidade.

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB E CÓDIGO DE ÉTICA e DISCIPLINA

74. Fulano, Beltrano e Ciclano foram contratados por Zilano Advogados Associados S/C onde receberam vários substabelecimentos com reserva de poderes para a fiel defesa dos interesses que lhes seriam entregues ao patrocínio. Meses depois, os três causídicos solicitaram seus desligamentos dos quadros daquela sociedade de advogados. Diante do regramento ético vigente:

- a) Fulano, Beltrano e Ciclano devem comunicar ao substabelecete Zilano as suas renúncias;
- b) Fulano, Beltrano e Ciclano devem comunicar aos clientes mandatários as sua renúncias nos autos de cada ação onde atuaram;
- c) Fulano, Beltrano e Ciclano devem substabelecer sem reserva de poderes àqueles que lhes substituírem naquela sociedade de advogados;
- d) Fulano, Beltrano e Ciclano devem notificar extrajudicialmente aos demais colegas da sociedade de advogados sobre os motivos de seus desligamentos.

75. Raquel e Marcos contrataram Fred que lhes patrocinou ação de separação consensual. Diante do regramento ético vigente, encerrada a demanda:

- a) Fred está impedido de patrocinar a ação de conversão da separação em

divórcio em nome de Marcos contra Raquel, mesmo que resguarde as informações privilegiadas e se abstenha de patrocinar causa contrária à validade de ato jurídico em que tenha colaborado;

b) Fred não está eticamente impedido de patrocinar a ação de conversão da separação em divórcio em nome de Marcos contra Raquel, desde que resguarde as informações privilegiadas e se abstenha de patrocinar causa contrária à validade de ato jurídico em que tenha colaborado;

c) Fred deverá antes formular consulta ao Tribunal de Ética sobre como proceder na hipótese;

d) Fred, com a devida prudência e discernimento, deverá recusar o patrocínio de Raquel ou Marcos em ações futuras.

76. Turíbio, advogado empregado, com atuação na área trabalhista, a pedido do seu empregador atua também como preposto nas diversas reclamatórias onde é constituído. Diante do regramento ético vigente:

a) a relação de emprego não retira de Turíbio a sua isenção técnica;

b) a relação de emprego não obriga a Turíbio a aceitar causas pessoais do empregador fora da relação de emprego;

c) ante a independência profissional, Turíbio não pode funcionar como preposto e patrono ao mesmo tempo;

d) Turíbio não está proibido de funcionar como preposto e patrono ao mesmo tempo pois, a independência profissional assegura-lhe a liberdade de defesa.

77. A veiculação de informações noticiando decisões jurisprudenciais existentes, bem como de artigos escritos sobre temas de interesse geral, em folheto ricamente elaborado do próprio escritório, com a indicação dos nomes dos advogados associados, embora contendo ressalva de distribuição limitada:

a) não caracteriza falta de discricção ou de moderação quanto às normas de publicidade;

b) independe de autorização prévia daqueles que porventura possam recebê-las em seus endereços;

c) devem obedecer a modelo padrão disponibilizado pelo Tribunal de Ética;

d) transparece evidente intuito mercantilista, pois enseja captação de causas e inculcação de clientela.

78. Em atenção à essencialidade da advocacia no Estado Democrático de Direito, Aparício, renomado criminalista, acrescenta no adesivo institucional distribuído pelo seu órgão de classe o seu nome completo, número de OAB e telefone do escritório, colando-o no vidro traseiro de seu veículo. Diante do regramento ético vigente:

a) Aparício não poderá ser advertido porque o advogado é indispensável à administração da justiça e a comunidade precisa conhecê-lo;

b) Aparício não poderá ser obrigado a retirar o adesivo porque o carro, extensão de seu escritório, também é inviolável;

c) Aparício responderá a processo disciplinar por publicidade imoderada e indiscreta;

d) Aparício não responderá a processo disciplinar por publicidade incorreta eis que, é permitido o anúncio em veículos de comunicação visual externa.

79. Qual das atribuições abaixo é do conhecimento do Tribunal de Ética:

- a) intervir nos Conselhos Seccionais, onde e quando constatar grave violação do Estatuto, Código de Ética ou do Regulamento Geral;
- b) determinar, com exclusividade, critérios para o traje dos advogados, no exercício profissional;
- c) promover a seguridade complementar para os advogados inscritos;
- d) mediar e conciliar questões que envolvam partilha de honorários contratados em conjunto ou mediante substabelecimento, ou decorrente de sucumbência.

80. A pauta de julgamentos do Tribunal de Ética é publicada em órgão oficial e no quadro de avisos gerais, na Sede do Conselho Seccional, com antecedência de:

- a) 15 dias;
- b) 10 dias;
- c) 07 dias;
- d) 05 dias.

001: C	002: D	003: A	004: B
005: A	006: B	007: C	008: B
009: C	010: A	011: C	012: D
013: B	014: C	015: A	016: B
017: C	018: C	019: A	020: D
021: A	022: D	023: D	024: A
025: B	026: C	027: D	028: D
029: D	030: B	031: B	032: A
033: B	034: C	035: D	036: B
037: C	038: B	039: D	040: B
041: C	042: C	043: A	044: A
045: A	046: D	047: A	048: C
049: C	050: A	051: D	052: D
053: B	054: D	055: TODAS	056: C
057: A	058: A	059: B	060: D
061: B	062: A	063: D	064: B
065: C	066: C	067: A	068: D
069: C	070: B	071: C	072: D
073: A	074: A	075: B	076: C
077: D	078: C	079: D	080: C

questão anulada é de número 55.

